



ACÓRDÃO Nº1136/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11979/2018.

Apenso: Processo nº 11898/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Casa Civil - Prefeitura de Manaus.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto (Ordenador de Despesa), José Fernando de Farias (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.

7- Unidade Técnica: DICAMM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4508/2022/MP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Civil - Prefeitura de Manaus. Exercício de 2017.

Revelia. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "A", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto;

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Casa Civil da Prefeitura de Manaus, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. José Fernando de Farias – Secretário e Ordenador das despesas, no período de 01.01 a 31.08, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Casa Civil da Prefeitura de Manaus, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto – Secretário Municipal e Ordenador das despesas no período de 01.09 a 31.12.2017, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei



ACÓRDÃO Nº1136/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

2.423/96;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Fernando de Farias, no valor de R\$ 1.706,80 e fixar prazo de 30 dias, para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VII da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018, pela restrição nº 06 do Relatório Conclusivo nº 38/2019, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas, art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM, condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal, importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto, no valor de R\$ 1.706,80, e fixar prazo de 30 dias, para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VII da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VII da Resolução nº 04/2002, com redação dada pela Resolução nº 04/2018, pela restrição nº 06 do Relatório Conclusivo nº 38/2019, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas, art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM, condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal, importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título



ACÓRDÃO Nº1136/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

executivo, art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Recomendar à Casa Civil - Prefeitura de Manaus que:

10.6.1. Observe com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;

10.6.2. Cumpra com o máximo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto às fases da despesa pública;

10.7. Dar ciência ao Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto, e demais interessados;

10.8. Arquivar os autos nos termos regimentais.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral